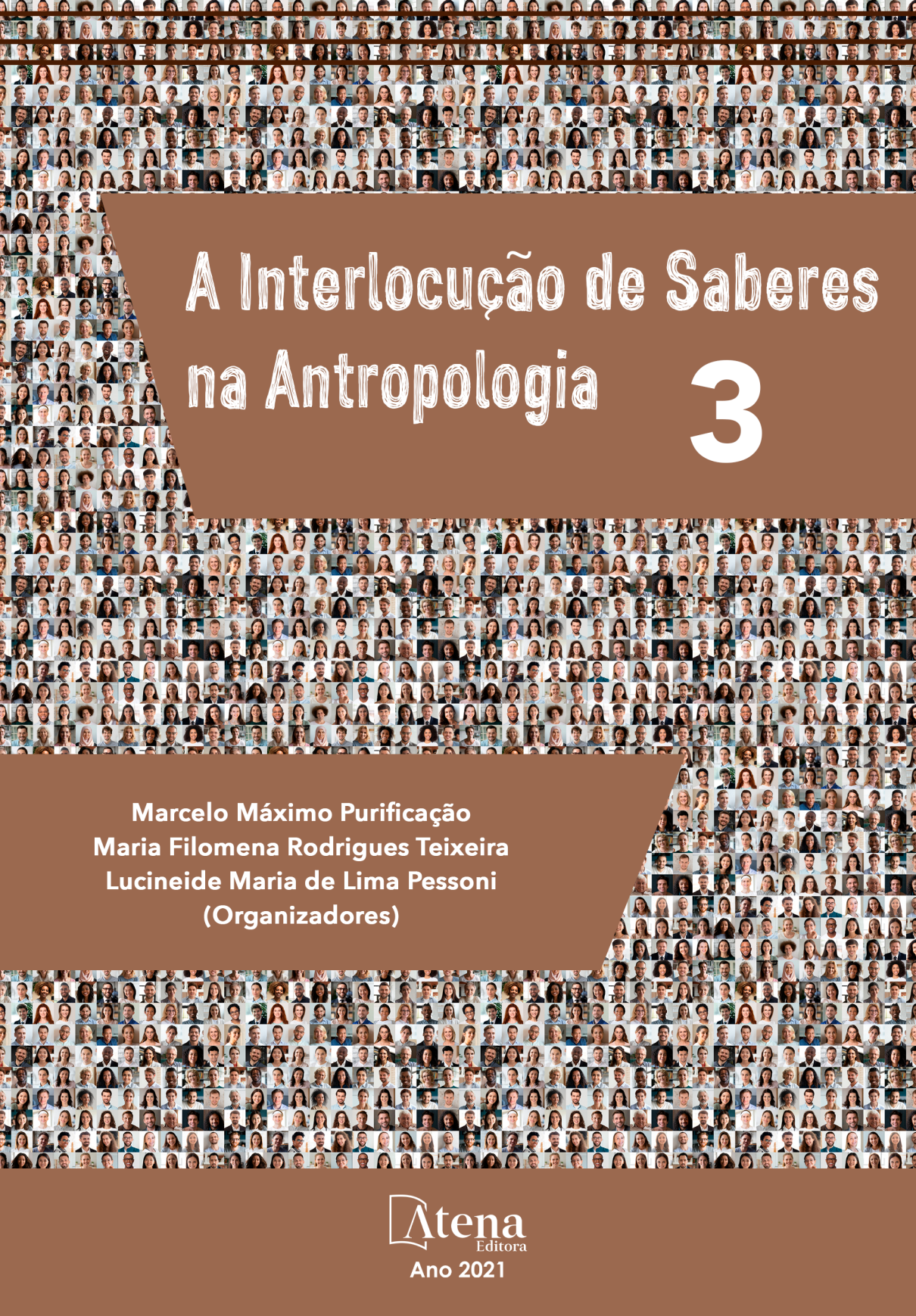
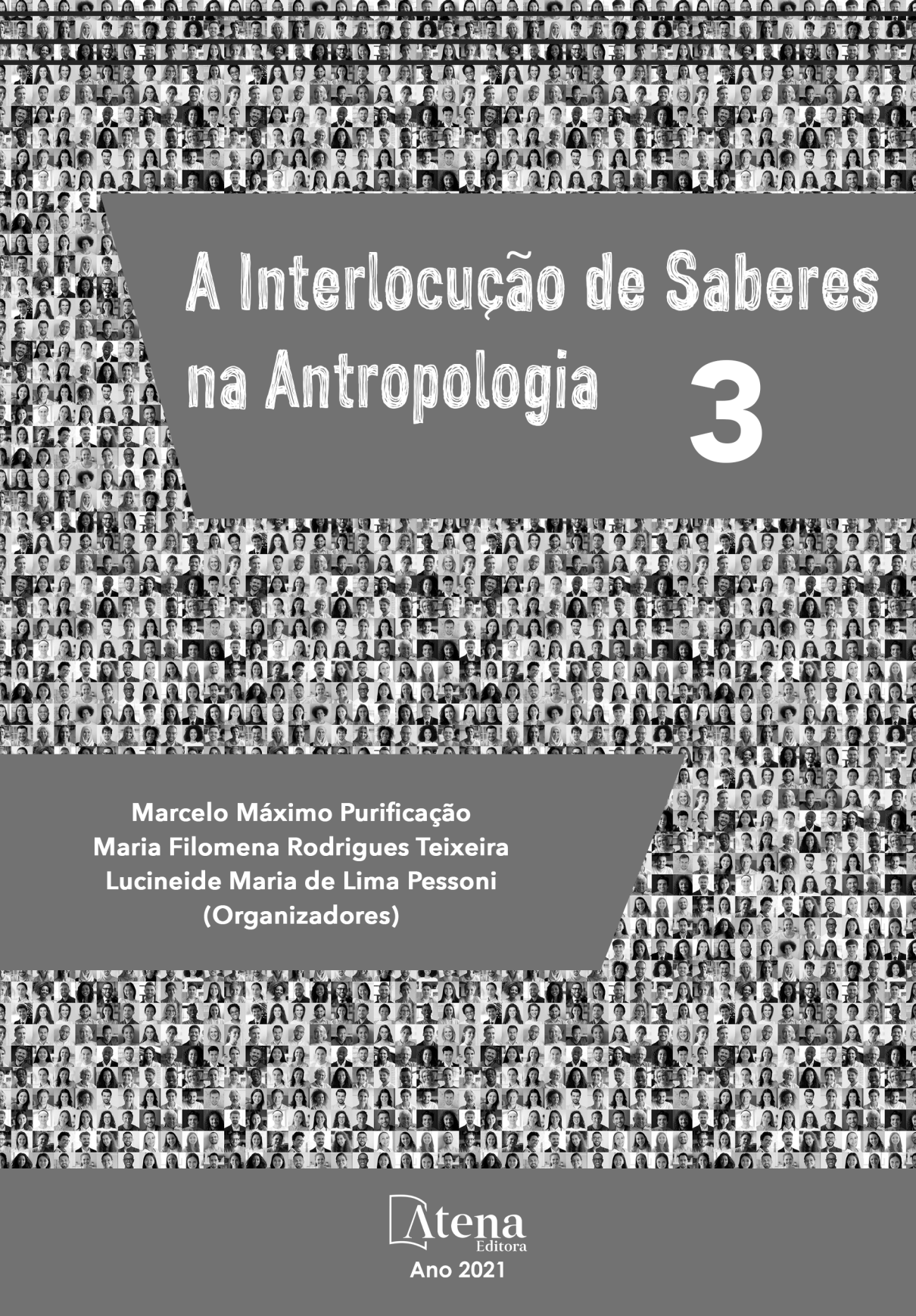




A Interlocução de Saberes na Antropologia 3

Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Lucineide Maria de Lima Pessoni
(Organizadores)



A Interlocução de Saberes na Antropologia 3

**Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Lucineide Maria de Lima Pessoni
(Organizadores)**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
 Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
 Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
 Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
 Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
 Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
 Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
 Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
 Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
 Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
 Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
 Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
 Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
 Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
 Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
 Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahel – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
 Maria Filomena Rodrigues Teixeira
 Lucineide Maria de Lima Pessoni

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
l61	A interlocução de saberes na antropologia 3 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Lucineide Maria de Lima Pessoni. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-709-3 DOI 10.22533/at.ed.093211301 1. Antropologia. 2. Saberes. I. Marcelo Máximo Purificação (Organizador). II. Maria Filomena Rodrigues Teixeira (Organizadora). III. Lucineide Maria de Lima Pessoni (Organizadora). IV. Título. CDD 301
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

CAPÍTULO 10

NATUREZA E CULTURA: DO AUSTRALOPITHECUS AO HOMO SAPIENS SAPIENS E AO “HOMO CRETINENSIS”

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 06/10/2020

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Escola Superior de Educação – Insituto
Politécnico de Coimbra
CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais – FCSH
Universidade Nova de Lisboa
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0970-7331>

RESUMO: O presente texto, sob a forma de ensaio reflete, tendo por base outras reflexões do autor sobre o tema, acerca da relação entre a natureza e a cultura sendo a primeira a base da cultura e a segunda tudo o que a espécie humana acrescentou à natureza para satisfazer as suas necessidades, materiais, espirituais e sociais, ou seja, uma reflexão sobre os impactes antrópicos desde o aparecimento do primeiro homínido, o australopithecus, até ao atual homo sapiens sapiens, refletindo como poderá a nossa espécie através da cultura, (antropologicamente falando) a qual permitiu, como referido, a Ultrapassagem da natureza, de modo a satisfazer as suas necessidades, poderá também levar a espécie humana a consumir todos os recursos naturais, e, como tal, levar à sua própria extinção, por isso aqui designamos o homo sapiens sapiens atual de “homo cretinensis”.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza, cultura, recursos naturais, impactes antrópicos, espécie humana.

NATURE AND CULTURE: FROM AUSTRALOPITHECUS TO HOMO SAPIENS SAPIENS AND TO “HOMO CRETINENSIS”

ABSTRACT: The present text, in the form of an essay, reflects, based on other reflections of the author on the subject, on the relation between nature and culture, being the first the basis of culture and the second all that the human species added to nature to meet their material, spiritual and social needs, that is, a reflection on the anthropic impacts from the appearance of the first hominid, australopithecus, to the present homo sapiens sapiens, reflecting how our species can through culture, (anthropologically speaking), which allowed, through technology, the overcoming of nature, so as to satisfy their needs, may also lead the human species to consume all natural resources, and as such, lead to its own extinction. This is why we call the current homo sapiens “homo cretinensis”.

KEYWORDS: Nature, culture, natural resources, anthropic impacts, human species.

1 | INTRODUÇÃO

Parece ser consensual a ideia que a atual *crise* que afeta os equilíbrios ecológicos do planeta, bem como o desenvolvimento humano nos domínios económico, social e cultural, e que constituem a chamada *crise ecológica*, resulta da ação humana sobre a natureza, a qual ao longo do tempo vem sendo potenciada e agravada pelo desenvolvimento tecnológico,

traduzido numa maior capacidade física e social de domínio da natureza, mas também da sua destruição.

Parece também evidente a emergência duma consciência ecológica que reclama uma mudança de atitudes e comportamentos, consubstanciada em medidas políticas concretas para mudar o rumo dos acontecimentos, e numa reorientação reflexiva da ciência e da tecnologia para diagnosticar, prever e remediar os impactes ambientais negativos da ação humana. Bailes (1985), citado por Hannigan, associa a história ambiental, à “dialética entre a natureza e a cultura, a interação dos seres humanos com o resto da natureza ao longo do tempo” (HANNIGAN, 1995, p. 145)

Contudo, essa consciência ecológica e o conhecimento científico e tecnológico que podiam alterar o rumo da espécie humana num caminho de sustentabilidade a longo prazo, parecem não ser suficientes para travar a predação do planeta até ao fim inexorável da espécie dado que, o que parece prevalecer é um modelo de desenvolvimento centrado na economia e exploração irracional dos recursos naturais, ao invés de colocar a tecnologia ao serviço da sustentabilidade da terra e da vida na terra.

2 | NATUREZA E CULTURA

2.1 Relação entre natureza e cultura

A relação entre natureza e cultura, e consequentemente homem-natureza, é tão antiga quanto a existência humana na Terra, ou seja, desde o primeiro homínido, o *Australopithecus*, até ao atual *homo sapiens sapiens*, uma subespécie do *homo sapiens* do qual todos os seres humanos atuais descendem.

Natureza é antes de mais o *universo* na sua totalidade cósmica, visível e invisível, na qual o homem se insere.

“A totalidade do cosmos, inclui as coisas, os seres, os animais, os homens e as forças – conhecidas e desconhecidas que os regem. Por natureza compreende-se também o ambiente ecológico, a terra, a vegetação, os animais; a vida humana desenvolve-se em simbiose com esta realidade” (BERNARDI, 1982, p. 20).

O homem faz parte da natureza, com a qual se relaciona e da qual depende para a sua existência. No entanto, essa relação assumiu um carácter diferente da estabelecida por todas as outras espécies vivas, a partir do momento em que este adquiriu capacidade para a transformar e criar *cultura*. Mais do que o modo de vida dos homens, a cultura é tudo o que homem “acrescenta à natureza, ou seja, a cultura é a natureza materializada, objetivada” (MESQUITELA LIMA, 1991, p. 39) pelo trabalho e ação humana em função das suas necessidades.

Assim, a cultura assenta necessariamente sobre a natureza. “Se, portanto, se quer compreender a fundo o complexo fenómeno da cultura, convém não descurar o

fundamento natural que permite ao homem desenvolver a atividade mental e criar a cultura” (BERNARDI, 1982, p. 23)

Mas, a cultura não diz apenas respeito aos *aspetos materiais* da vida humana, ela respeita também ao *simbólico* e ao *espiritual*, tendo assim um caráter ambivalente muito significativo dado que, por exemplo, remete simultaneamente para as técnicas de exploração agrícola e para os sistemas de representação espiritual. “A nossa natureza é cultivada, logo cultural. Somos nós e não a natureza que inventamos os espaços verdes e os parques naturais” (OST, 1995, p. 225).

Para uma análise dinâmica da cultura, Bernardi, apresenta quatro fatores: o *anthropos*, ou seja, o homem na sua realidade individual e pessoal; o *ethnos*, comunidade ou povo, entendido como associação estruturada de indivíduos; o *oikos*, o ambiente natural e cósmico dentro do qual o homem se encontra a atuar; o *chronos*, tempo, condição ao longo da qual, em continuidade de sucessão, se desenvolve a atividade humana. (BERNARDI, 1982).

Enquanto fator da cultura, tal como é apresentado por Bernardi, o *oikos* é o meio ambiente no qual a espécie humana desenvolve a sua atividade e cria cultura e, é esse meio ambiente que vai influenciar a cultura de cada povo, de cada local, na medida que pode dizer-se que a cultura é uma resposta da espécie humana à natureza, e aos desafios que esta lhe coloca, para satisfazer as suas necessidades, *físicas e espirituais*. É deste desafio-resposta que resulta a diversidade cultural, na medida em que consoante o *oikos*, assim são os desafios e respetivas respostas. É assim que, por exemplo, os desafios e as respostas são muito diferentes, logo culturas diferentes, em *oikos* tão diversos como, por exemplo, a floresta tropical e o deserto. Ou seja, a espécie humana apresenta uma grande diversidade cultural, que está intimamente relacionada com o seu meio.

“As culturas são respostas adequadas e adaptadas ao ambiente geográfico-natural, porém este não determina linearmente o tipo de cultura, embora o condicione. “O ambiente, fator de cultura, condiciona, apesar de tudo, a técnica, ou seja, toda a atividade exterior e material do homem” (BERNARDI, 1982, p. 67).

2.2 Relação homem-natureza: Um percurso de domínio tecnológico

A partir do momento em que a espécie humana – o nosso antepassado *australopithecus* – “ultrapassou” a natureza, se libertou dela, com a criação do primeiro objeto, “passando” da *natureza* à *cultura*, considerando que “a cultura não é mais do que a libertação da natureza” (MESQUITELA LIMA, 1991, p.39), cria com ela uma relação de domínio, que a crescente inovação tecnológica tem permitido acentuar cada vez mais.

Com efeito, essa capacidade do homem para “fabricar” artefactos materiais e sócio-institucionais cada vez mais sofisticados, capazes de o ir libertando das condicionantes e limitações impostas pelo meio natural, tem-lhe permitido colonizar, e controlar praticamente

todos os espaços do globo terrestre. A relação de *solidariedade* homem-natureza tem assim vindo a tornar-se progressivamente assimétrica com o aumento da capacidade tecnológica do primeiro.

A relação com a natureza que é hoje estabelecida pelo *sapiens* das sociedades tecnológicas nada tem a ver com a do *sapiens* primitivo. Pode assim dizer-se que, apesar da relação de domínio do homem sobre a natureza, existia uma maior relação de proximidade motivada por uma maior dependência do homem face ao seu ambiente, ao seu oikos. “O homem dos primeiros tempos estava incessantemente na presença da natureza; os hábitos da vida civilizada ainda não interpunham um véu entre eles” (BACHELET, 1995, p. 103).

O conflito que a espécie humana estabeleceu com a natureza tem, assim, uma origem muito longínqua, na pré-história – pensemos nas crescentes ruturas ecológicas que constituíram a proliferação de uma espécie de predador tecnologicamente evolutiva, a domesticação e a progressiva criação cultural de espécies animais, e a associação da tecnologia agro-pastoril à utilização controlada do fogo em larga escala –, e a atual situação resulta de sucessivas crises ecológicas acumuladas. Como frisa Ost, se é em Descartes e noutros pensadores eruditos seus contemporâneos que comumente se procuram os indícios de uma rutura entre o homem e a natureza, “o movimento remonta ainda mais longe e mais além. De certa forma, é desde a origem, desde a aparição da espécie humana, que o homem transforma a natureza” (OST, 1995: 30).

Assim, todas as civilizações têm responsabilidades na atual crise ambiental, na medida em que muito antes das sociedades industriais da época moderna a atividade humana sempre se mostrou nociva para os ecossistemas provocando, nestes, profundas e irreversíveis alterações, sendo a desflorestação o exemplo mais antigo. “A destruição da floresta foi o reverso e a condição do desenvolvimento da agricultura, da criação de gado, do artesanato e das atividades proto-industriais”. (DELÉAGE, 1991, p. 213).

Contudo, o ritmo da conquista humana sobre a natureza, ao longo dos séculos, foi um processo muito lento, comparado com a rapidez do atual processo de deterioração do planeta. Uma fraca densidade da população e uma capacidade reduzida de intervir sobre o meio natural, explicam que a antropomorfização da natureza se tenha durante milénios exercido a um ritmo relativamente lento, o que foi permitindo às espécies, tanto vegetais como animais, o tempo necessário à sua recuperação e *adaptação*, pesem embora processos de rutura irreversível à escala regional. Harari (2018) refere que a primeira vaga de extinção, que acompanhou a disseminação dos recolectores, foi seguida por uma segunda vaga, que acompanhou a disseminação dos agricultores, e oferece-nos uma perspetiva importante sobre a terceira vaga de extinção que a atividade industrial está a provocar nos nossos dias.

“Não acredite nos ecologistas que acreditam que os nossos antepassados viviam em harmonia com a natureza. Muito antes da Revolução industrial o *Homo sapiens* detinha um recorde, entre todos os organismos, por ter levado

à extinção o maior número de espécies e animais. Detemos a duvidosa distinção de sermos a espécie mais mortífera nos anais da biologia” (HARARI, 2018, p. 95-96)

A aceleração dessa rutura inicia-se com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial, que veio alterar profundamente a representação coletiva da natureza, pois “o princípio da solidariedade, homem/universo físico, foi substituído pelo da dominação da natureza pelo homem” (DELÉAGE, 1991, p. 212). Francis Bacon proclamava no século XVII, *o homem pode ser considerado o centro do mundo* e Newton afirma mais tarde, que é preciso obrigar a natureza a devolver o que deve. Instalava-se, na relação cultural com a natureza, um antropocentrismo quase sem reservas.

O fenómeno radicalmente novo consiste, pois, não só no conhecimento e na possibilidade que o homem dispõe para intervir nos mecanismos do meio natural, a partir dos avanços científicos e técnicos dos séculos XVIII e XIX, mas também no desconhecimento do carácter entrópico e cumulativo dos efeitos dessa intervenção, sustentando a ilusão de um crescimento económico e de um progresso material imune à contabilização de custos futuros. Sem deixarem de ser um elemento do meio natural, as sociedades humanas vão-se transformando num fator do qual depende o funcionamento da maioria dos ecossistemas e a sua conservação. Este novo sistema cultural, o da civilização tecnológica, apresenta grandes diferenças, e funciona de forma distinta da do meio natural, sobre o qual exerce pressão e agressão crescentes.

As crises ecológicas têm uma profunda relação com as crises sociais. O esgotamento dos recursos naturais e a destruição dos ecossistemas são um dos grandes alarmes em termos futuros; mais do que uma crise do ambiente estamos perante uma *crise de civilização*, no sentido forte de um questionamento das próprias premissas básicas da modernidade, segundo as quais

“a exploração da natureza pelo homem é um empreendimento ‘aberto’ [...] e [...] a contínua expansão do conhecimento científico e tecnológico podia transformar tanto a ordem cultural como a social, e criar novos ambientes internos e externos, incessantemente explorados pelo homem, submetidos quer à sua perspectiva intelectual, quer às suas necessidades técnicas” (EISENSTADT, 1991, p. 327).

A degradação cada vez maior do nosso planeta tem-se vindo a acentuar muito rapidamente a partir do aparecimento das sociedades industriais que, de então para cá, têm mantido uma relação de degradação permanente com a natureza, conduzindo o homem a padrões de vida que podemos designar de *cultura do desperdício*.

Considera-se, assim, que a Revolução Industrial assinala o ponto de rutura, a partir da qual o problema ambiental se agudiza. O avanço tecnológico consubstanciado na máquina a vapor permite um avanço na industrialização que arrasta consigo o fenómeno

da urbanização e um conseqüente crescimento demográfico, que, no seu conjunto viriam a introduzir modificações de vulto na face do planeta.

“O rápido desenvolvimento que se seguiu à revolução industrial tornou a tecnologia omnipresente e onnipotente, a ponto de anular, aparentemente a força do ambiente. Nada parece impedir mais a posse da população humana; o deserto tropical da Arábia ou o Sara, as regiões glaciares do Ártico, a própria aridez da Lua, o cosmos extraterrestre, vergaram-se à força tecnológica” (BERNARDI, 1982, p. 68).

A crise do ambiente tem, pois, um carácter global, que afeta todas as sociedades e todas as culturas, pelo que se reclama uma nova visão do mundo capaz de subverter as abordagens culturais convencionais.

“A dimensão ambiental da presente crise social global significa, nesta viragem de milénio, que as relações de poder entre grupos, sexos, etnias, classes, povos, Estados e gerações dependem da mediação que os nossos modelos científicos técnicos, culturais e económicos estabelecem com a “Natureza” (SOROMENHO-MARUES, 1998, p. 24).

3 I DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA À CATÁSTROFE GLOBAL

Se a Revolução Industrial assinala o ponto de rutura em que o problema ambiental se agudiza, consubstanciado no avanço tecnológico, a emergência duma consciência ambiental tem uma origem muito mais tardia, apenas por volta dos anos sessenta do século XX, apesar dos “movimentos” conservacionistas de finais do século XIX. De facto, é então que surge o que se pode chamar uma atitude *conservacionista*. Data igualmente desta época a criação das primeiras áreas protegidas e das primeiras associações com o objetivo da preservação da natureza e da sensibilização pública. Destacam-se: na Grã Bretanha: Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society (1865); East Riding Association For the Protection of Sea Birds (1867). Nos E.U.A.: American Ornithologists Union (1883); Sierra Club (1892).

Assim, em grande parte com o impulso do movimento associativo atrás referido, portador de um forte carácter cívico e científico, são criadas áreas protegidas, por todo o Mundo. “Em 1937, existiam no Mundo 1475 territórios com estatuto de proteção, com uma área total de 340.565Km” (FLORES, 1937, p. 67).

A criação de áreas protegidas foi de certo modo acompanhada pela realização de um conjunto de eventos e convenções relativos à conservação da natureza a nível mundial até cerca de meados da década de sessenta do século XX. Contudo, apesar de o impulso deste movimento conservacionista ser bastante importante, ele não consubstanciava ainda a problematização de um problema ambiental global que pusesse em risco a espécie humana.

Também no século XIX ocorre uma outra linha de preocupações que, embora menos marcante, está igualmente na génese do que mais tarde viria a designar-se de consciência ecológica. Decorre de uma tradição humanista europeia ligada aos efeitos desastrosos da industrialização sobre as populações operárias urbanas recrutadas nos campos ingleses (SCHMIDT, 1999).

As questões ambientais emergem sobretudo pela *pressão de factos políticos*, nomeadamente a mediatização pública de depoimentos científicos, e radicam em três ordens de problemas dominantes: “a velha questão conservacionista/natureza selvagem, sempre presente mas nunca muito incisiva; a fome/demografia; e a bomba atómica/nuclear, os quais nos anos setenta, irão dar origem ao ambientalismo moderno” (SCHMIDT, 1999, p. 13).

Aldo Leopold, na sua obra de 1949, *A Sand County Almanac*, publicada um ano após a sua morte, preconiza uma ética da terra e a sua obra está na génese não só do que viria a constituir-se como a *Deep Ecology*, mas viria também a influenciar todo o movimento ecologista que haveria de emergir nas décadas seguintes. É da necessidade de nos regermos com base numa ética da terra que terminaremos este artigo, no ponto seguinte, com base em Aldo Leopold.

Contudo, é nos anos sessenta e setenta do século XX que alguns autores colocam com premência a existência de uma crise ecológica de carácter global capaz de afetar a espécie humana. Destaca-se Rachel Carson que, em 1962, com a publicação de *Silent Spring*, que viria a constituir-se como um marco na história do ambientalismo – na introdução da reedição de 1994, Al Gore, então vice-presidente dos Estados Unidos, escrevia: “Sem este livro o movimento ambientalista poderia ter sido retardado durante muito tempo, ou mesmo nunca ter aparecido. (...)” Em 1992, um grupo de notáveis norte-americanos considerou *Silent Spring* como “o livro mais importante dos últimos cinquenta anos” –, que alertava para os graves perigos que o planeta estava a correr face à ação desenfreada e prepotente do homem, mormente através do uso de pesticidas sintéticos, que apelidou de “elixires da morte” referindo graves consequências para a saúde e, dando grande ênfase à questão da biodiversidade – *o nosso destino está ligado ao dos animais* – e da sua importância para a espécie humana.

“Pela primeira vez na história do mundo, todos os seres humanos estão agora sujeitos ao contacto com perigosos produtos químicos, desde o seu nascimento até à sua morte. Em menos de duas décadas de uso, os pesticidas sintéticos foram tão amplamente distribuídos pelo mundo vivo e não vivo que se encontram virtualmente em toda a parte. [...] Encontraram-se em peixes de remotos lagos de montanha, nas minhocas enterradas no solo, nos ovos dos pássaros e no próprio homem, já que estes produtos químicos estão agora armazenados no corpo da vasta maioria dos seres humanos. Aparecem no leite materno, e provavelmente nos tecidos da criança que ainda não nasceu” (CARSON, 1962, p. 15-16).

Em 1970 comemora-se pela primeira vez o dia da Terra, e, em 1972, o relatório Meadows, intitulado “Os Limites do Crescimento”, apresentado ao Clube de Roma – constituído em 1968 e formado por industriais, cientistas, economistas e outras personalidades – revelava um conjunto de preocupações, sobretudo relacionadas com o esgotamento dos recursos, face aos elevados níveis de consumo que então se verificavam. No entanto o facto mais relevante da década é a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, também no ano de 1972, onde se discute pela primeira vez, *o futuro do mundo*, e se traz para a discussão pública o problema da degradação do ambiente, a qual coloca em risco esse mesmo futuro. De facto, a gravidade dos problemas discutidos, que culminou com a Declaração do Ambiente, era muito preocupante para o futuro do planeta.

“Por um lado, a informação disponível sobre o estado do ambiente à escala planetária já permitia não só perceber a gravidade da situação presente como, sobretudo, antecipar a vertigem tendencial de deterioração dos indicadores já conhecidos, assim como o inevitável surgimento de outros ainda ocultos na bruma da nossa ignorância” (SOROMENHO-MARQUES, 1994, p. 81).

Para além dos marcos citados, a década de setenta do século XX, foi marcada por um conjunto de acontecimentos, quer ao nível institucional, quer ao nível da ocorrência de acidentes e catástrofes ambientais que viriam a marcar profundamente as duas décadas seguintes até à Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92).

Segundo Faucheux e Noel (1995), é a partir dos anos setenta que os problemas dos recursos naturais e do ambiente começam a ser entendidos e tratados como tais e que as ações neste domínio se dividem em quatro grandes atitudes, considerando a análise de Turner: uma atitude extremista, dita preservacionista, uma atitude dominada pela eficiência económica, uma atitude frequentemente chamada conservacionista e uma atitude que vê nos recursos e nos problemas ambientais uma barreira para o crescimento económico.

No início da década de setenta, do século XX, o aparecimento dos primeiros movimentos ecologistas que viriam a dar origem ao movimento atual é marcado pela contestação às centrais nucleares, e pode ser ilustrado pelo protesto desencadeado em 1971 pelo Greenpeace contra as centrais nucleares canadianas.: “Até meados dos anos setenta, o Greenpeace manteve-se exclusivamente um movimento anti-nuclear nos atos, se não mesmo na ideologia” (YEARLEY, 1992, 69).

Nos anos oitenta, assume grande relevância a constituição da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, (W.C.E.D.) pela ONU, que viria a publicar em 1987 o Relatório “O Nosso Futuro Comum”. Este relatório viria a ter uma grande importância ao identificar os principais problemas ambientais que ameaçam e entravam o desenvolvimento de muitos países do Sul, e propondo um compromisso entre ecologia e economia, assente no conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, conciliar a intervenção tecnológica

com a capacidade ecossistêmica do planeta de suportar essa intervenção. Em suma, conciliar ambiente e desenvolvimento.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92), também designada de Cimeira da Terra, na qual estiveram representados ao mais alto nível 176 países. A ECO-92, onde foi aprovado um importante conjunto de declarações, realiza-se com base no entendimento de que os problemas ambientais são de tal forma graves que afetam todo o planeta e exigem uma ação concertada a nível mundial. A perda de biodiversidade, as chuvas ácidas, o aumento do efeito de estufa e a destruição da camada de ozono são questões globais que não afetam uma só região ou país, e, como tal terão de ser resolvidas em comum por toda a humanidade.

O problema ambiental apresenta-se então sob dois aspetos principais: um primeiro aspeto respeita ao facto de se tratar de um *problema global*, apesar das diversas formas com que se apresenta, e do modo diverso como afeta as diferentes comunidades e atividades humanas em todo o globo terrestre. Carece por isso de soluções globais. Um segundo aspeto refere-se à importância e à preocupação que hoje provoca este tema que parece extensiva a tudo e a todos. “De súbito, o ambiente conquistou um lugar privilegiado nas prioridades de todos, desde políticos, industriais e professores, até às agências de publicidade e editores” (YEARLEY, 1992, p. 1).

Como acentua Lipovetsky, “enquanto o Papa João Paulo II qualificava a crise ecológica como ‘problema moral’ da maior importância, vinte e quatro chefes de Estado e de governo declararam solenemente a sua vontade de delegar uma parcela da sua soberania nacional para o bem comum de toda a humanidade. Os nossos deveres superiores já não são para com a nação, têm por objeto a natureza: a defesa do ambiente tornou-se um objetivo prioritário *de massas*; em 1990, os franceses colocavam, por ordem de importância, o ambiente e a ecologia no segundo lugar dos problemas a enfrentar” (LIPOVETSKY, 1994, p. 243).

Esta preocupação parece decorrer da percepção de um duplo perigo. Por um lado, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, colocado com muita veemência pela crise energética de 1973; e, por outro, uma crescente e visível degradação do meio natural, provocado pela civilização industrial (como a poluição, a destruição da camada de ozono, o aumento do efeito de estufa, a perda de biodiversidade, as alterações climáticas). A problemática ambiental está, por conseguinte, diretamente relacionada com o atual modelo de desenvolvimento.

O carácter e a natureza do problema ambiental podem, assim, sintetizar-se numa importante frase: *não é possível um crescimento ilimitado num mundo naturalmente limitado*, a qual, para além da sua clareza e contundência de expressão, nos permite apresentar os principais vetores do problema: por um lado, a tendência da sociedade contemporânea de crescer e melhorar, vencendo todo o tipo de limites e dificuldades,

e por outro, a evidência de equilíbrio, estabilidade e limitação, que ao contrário, e pela sua própria “natureza”, apresenta o mundo natural, no qual tem lugar o desenvolvimento da humanidade. Curiosamente, esta oposição é representada nos meios académico e científico, por duas disciplinas com a mesma origem etimológica: economia e ecologia. Como refere Carvalho (2007), os termos economia e ecologia têm origem na palavra grega Oikos, que significa casa; habitat. Ecologia, significando o “estudo da casa” e, economia o “governo da casa”, sendo que o conceito de ecologia foi introduzido por Haeckel em 1866.

Esta oposição e analogia, não são mais do que um reflexo da natureza humana no seu duplo contexto, natural e social, ambiental e cultural. Desta dualidade resulta o problema. Com efeito, como ser vivo, o homem é um elemento do meio natural, e como tal, submetido às suas leis.

Esse conjunto de preocupações, que marca a emergência de uma consciência ecológica, que surge nos anos sessenta do século XX e se acentua nos nossos dias é acompanhado desse o início da década de 1990, pelo conceito de desenvolvimento sustentável decorrente do Relatório O Nosso Futuro Comum e institucionalizado na Eco 92, sendo definido como o processo de “desenvolvimento económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (CMAD, 1987, p. 54).

O desenvolvimento sustentável parte, assim, de uma nova perspetiva de desenvolvimento e estrutura-se sobre duas solidariedades: solidariedade *sincrónica*, com a geração presente, e solidariedade *diacrónica* com as gerações futuras. O bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras; e, o bem estar de uma parcela da geração atual pode ser construído em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade. A parcela da geração atual que padece de pobreza e desigualdade não se pode sacrificar em função de um futuro improvável e imponderável para os seus filhos e netos, assumindo um comprometimento com o futuro sem sequer ter presente.

Contudo, apesar dessa consciência ecológica, neste primeiro quartel do século XXI a espécie humana encontra-se numa encruzilhada entre o desenvolvimento sustentável e a catástrofe global. Efetivamente, a par das enormes e crescentes desigualdades sociais e pobreza deparamo-nos, hoje, com outros graves problemas à escala global, como a desertificação dos solos, a perda de biodiversidade e, no topo, as alterações climáticas, que no seu conjunto consubstanciam o que designámos de *problema ambiental global*, o qual decorre das formas específicas da relação da economia e da sociedade com a natureza, definida pelos modelos de desenvolvimento e que para além da degradação ecológica do planeta, colocam em sérios riscos a sobrevivência da espécie humana. Ou seja, mais do que o risco de acabar com o planeta, – o qual certamente, sempre sobreviverá – a capacidade predatória e desequilibradora do *homo sapiens sapiens* põe em sério risco a sua própria existência.

É, pois, neste cenário de pré-catástrofe que entrámos no novo milénio em que a ONU, procura implementar objetivos de desenvolvimento à escala global, e em 2000 declara os Objetivos do Milénio, (2000-2015), os quais continham 8 Objetivos, os quais, contudo, não terão surtido a mudança desejada nos paradigmas do desenvolvimento, assentes no consumo, e na consequente delapidação dos recursos naturais, bem como na distribuição da riqueza, injusta e desigual.

E, ainda na primeira década decorrem várias COP (Conferência das Partes sobre o Clima) sobre alterações climáticas. E já nesta segunda década, em 2015, que a ONU, – num quadro em que o desenvolvimento sustentável está já para além das dimensões económica e ambiental, mas incorpora, também as vertentes social e política/institucional, – postula, em 2015, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2015-2030) os quais contêm 17 Objetivos subdivididos em 169 metas, apresentando-se mais transversal e integradora entre objetivos sociais e ambientais procurando uma responsabilidade global e cooperante entre todos os países do mundo.

É também no ano de 2015 que decorre em Paris a COP21 - 21.^a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas – de que resultou o Acordo de Paris, o qual reconhece a necessidade de integrar o contributo de todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento, numa ótica de justiça na distribuição de esforços e responsabilidades. Ou seja, ninguém fica isento do esforço de convergência e espera-se que, neste processo conjunto, quer os países ricos, quer os países pobres promovam a inclusão social, a igualdade de género, sistemas energéticos resilientes e de baixo carbono. (SACHS 2015, cit p/ GUERRA, 2016). Sem, contudo, deixar de sublinhar que cabe aos países industrializados (os infratores mais óbvios e inequívocos no que às emissões de GEE diz respeito) ajudar os países em desenvolvimento no seu esforço de adaptação. (GUERRA, 2016).

4 | POR UMA ÉTICA DA TERRA

É da necessidade de, para garantir a sustentabilidade futura e, assim, garantir a sobrevivência da espécie humana que entendemos ser necessário agir no sentido de uma ética da terra tal como preconizada por Aldo Leopold, (1949) que terminaremos este artigo.

No capítulo intitulado “Land Ethic”, Aldo Leopold fala de uma sequência histórica da ética: As primeiras éticas trataram das relações entre os indivíduos: as tábuas do Decálogo são um exemplo. Posteriormente ocupam-se também das relações entre o homem e a sociedade. A regra de ouro trata de integrar o indivíduo na sociedade; e a democracia, de adaptar a organização social ao indivíduo. Todavia não existe uma ética que se ocupe das relações do homem com a terra e com os animais e plantas que nela crescem. A terra, como as escravas de Odiseu, é ainda uma simples propriedade. A relação com a terra é estritamente económica, estabelecendo privilégios, mas não obrigações. A extensão da

ética a este terceiro elemento do ambiente humano é, se não entendo mal, uma possibilidade evolutiva e uma necessidade ecológica. É o terceiro passo da sequência. Os dois primeiros já foram dados. Desde tempos remotos, pensadores como Ezequiel e Isaías já observaram que a exploração da terra não só era imprudente como errônea. A sociedade, contudo, não assumiu esta crença. Eu vejo o movimento conservacionista atual como o embrião deste princípio (LEOPOLD, [1949] 1970).

Leopold usa a expressão “paisagens invisíveis” e chama a atenção para as normas e os valores que enformam a relação homem-natureza nas sociedades ocidentais e que Ald Leopold criticou.

Ao referir a paisagem (domínio estético) fala da ética como sendo os valores morais da sociedade.

Na metáfora da “comunidade” (“biótica”) evidencia a interdependência entre todos os seres vivos, numa perspectiva holista que ao integrar a espécie humana naquela “comunidade” a responsabiliza pela manutenção da saúde da terra, em todas as suas componentes: solos, água, fauna, flora.

Assim, a superação da dicotomia homem-natureza, decorre da concepção do homem como membro da *comunidade* e envolve o desenvolvimento de uma “consciência ecológica”, uma alteração de valores e não simplesmente uma imposição de leis, assim estruturada:

i) transição exigida por um processo evolucionário que é tanto filogenético quanto ético: “uma ética da terra altera a função do Homo Sapiens, tornando-o de conquistador da comunidade da terra em membro pleno dela. Implica respeito pelos outros membros seus companheiros (fellow-members) e também respeito pela comunidade enquanto tal”.

ii) mostra o ser do mundo, incluindo aí o ser do homem: “A ética da terra, amplia simplesmente as fronteiras da comunidade para dentro delas incluir os solos, as águas, as plantas, os animais ou coletivamente a terra”.

iii) evidencia a dinâmica funcional (ecossistêmica) desse ser: “toda a ética, até ao presente, repousa numa simples premissa – a de que o indivíduo é um membro de uma comunidade de partes interdependentes”.

iv) enfatiza a sua dimensão estrutural: “Quando compreendemos que a terra é uma comunidade à qual pertencemos, nós começamos a usá-la com amor e respeito”. (LEOPOLD, [1949] 1970, p. 238-239).

5 I CONCLUSÃO

A espécie humana – o nosso antepassado *australopithecus* – “ultrapassou” a natureza, libertando-se dela, com a criação do primeiro objeto, “passando” da *natureza* à *cultura*, através da fabricação de objetos para satisfazer as suas necessidades, sofisticando ao longo dos séculos a capacidade tecnológica que lhe permitiu um domínio cada vez

maior e uma capacidade sempre crescente para explorar os recursos naturais do planeta.

A degradação crescente do planeta e diminuição dos recursos naturais fez emergir, na era *sapiens sapiens*, uma consciência ecológica que reclama uma mudança de atitudes e comportamentos, consubstanciada em medidas políticas concretas para mudar o rumo dos acontecimentos, e numa reorientação reflexiva da ciência e da tecnologia. Contudo, essa consciência ecológica e o conhecimento científico e tecnológico que podiam alterar o rumo da espécie humana num caminho de sustentabilidade a longo prazo, parecem não ser suficientes para travar a predação do planeta. Neste quadro as conquistas sociais alcançadas nas últimas décadas poderão estar em risco.

Neste quadro, colocam-se duas questões ao nível das decisões políticas: Continuar uma cultura de destruição consciente, e por isso “cretina”, da terra, e consequentemente, das condições de vida da espécie humana e da sua própria existência, em nome duma suposta melhoria das condições de vida de uma parte da população mundial, e ainda assim, continuando a provocar gritantes desigualdades sociais? Ou “inverter” os desígnios da “cultura”, assentes na dicotomia natureza-cultura, enquanto relação de domínio, para uma relação de integração, cooperação e coabitação com a natureza – a terra, o oikos –, pondo a tecnologia ao serviço da preservação da terra, que permita a continuidade da espécie humana de forma condigna, em todo o mundo, fazendo jus ao “título” *sapiens sapiens*?

Em suma, o crescente avanço tecnológico permitiu à espécie humana, por um lado, melhorar as condições de existência de apenas uma parte da população mundial, mas, por outro lado, provocou um declínio e destruição ambiental, com destaque para os recursos naturais que põe em risco não só, a base de suporte da economia mundial, como a sua própria existência.

Advoga-se, assim, uma mudança de paradigma civilizacional, assente numa ética da terra que permita a existência do planeta com a espécie humana a ser parte integrante dele, sob pena do *homo sapiens sapiens* se tornar efetivamente no “*homo cretinensis*”.

REFERÊNCIAS

BACHELET, et, M. **L'ingérence Écologique**. Paris: Editions Frison-Roche, 1995.

BERNARDI, B. **Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 1982.

CARSON, R. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CARVALHO, N. **O Ambiente como Problema Social em Portugal**. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente, 2007.

CMAD – COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO. **O Nosso Futuro Comum**. Lisboa: Meribérica Liber, [1987] 1991.

DELÉAGE, J-P. **Histoire de L'écologie. une science de l'homme et de la nature.** Paris: Éditions La Découvertes, 1991.

EISENSTADT, S. N. **A Dinâmica das Civilizações - Tradição e Modernidade.** Lisboa: Cosmos, 1991.

FLORES, F. A Protecção da Natureza - Directrizes Actuais, Relatório Final do Curso de Engenheiro Silvicultor. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1937.

FAUCHEUX, S.; NOEL, J-F. **Économie des Ressources Naturelles et de l'Environnement.** Paris: Armand Colin Éditeur, 1995.

GUERRA, J. Novos trilhos para o desenvolvimento sustentável. In: IX Congresso Português de Sociologia - Portugal, Território de Territórios, 2016, Faro. Atas, Faro: Universidade do Algarve, 2016, p. 1-15.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. *Ecological Footprint and Biocapacity Results for all countries included in National Footprint Accounts 2015.* Oakland, CA: Global Footprint Network, 2015.

HANNIGAN, J. **Environmental Sociology - A Social Constructionist Perspective.** London, New York: Routledge, 1995.

HARARY, Y. **Sapiens: História Breve da Humanidade.** Amadora: Elsinore, 2018.

LEOPOLD, A. **A Sand County Almanac - With Essays on Conservation from Round River.** Oxford: Ballantine Books, [1949] 1970.

LEROI-GOURHAN, A. **Evolução e Técnicas II - O Meio e as Técnicas.** Lisboa: Edições 70, 1984.

LIPOVETSKY, G. **O Crepúsculo do Dever - A ética indolor dos novos tempos democráticos.** Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984.

OST, F. **La Nature Hors la Loi.** Paris: Éditions la Decouverte, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, 2000-2015.** Nova York: ONU, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015-2030.** Nova York: ONU, 2015.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 - Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos.** Washington: Communications Development Incorporated, 2011.

SOROMENHO-MARQUES, V. **Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política de Ambiente.** Lisboa: Fim de Século, 1994.

SOROMENHO-MARQUES, V. **O Futuro Frágil - Os desafios da crise global do ambiente.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.

SCHMIDT, L. Ambiente e Natureza no Ecran: Emissões Televisivas, Remissões Culturais. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: ISCTE, 1999.

YEARLEY, S. **A Causa Verde; uma sociologia das questões ecológicas**. Oeiras: Celta Editora, 1992.